



A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA: BREVE ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DO JULGAMENTO DA ADPF 779 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade
Bruno Fonseca De Araujo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASILIA

Introdução

Com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 779, aprofundou-se o debate jurídico acerca da tese de legítima defesa da honra, uma concepção tradicionalmente invocada em casos de feminicídio no Brasil. Ao declarar sua inconstitucionalidade, o STF reafirmou o compromisso com os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero, elementos essenciais à estrutura constitucional vigente. Esta introdução busca delinear o contexto e a relevância do julgamento, estabelecendo o pano de fundo para uma análise mais detalhada sobre os efeitos dessa decisão e sua ressonância na sociedade e no ordenamento jurídico. Em seguida, ao considerar a evolução dos direitos fundamentais no Brasil, observa-se que a eliminação da tese de legítima defesa da honra reflete uma mudança significativa na forma como o sistema jurídico interpreta a dignidade e a vida das mulheres. Esse julgamento não apenas confronta uma prática arraigada, mas também indica um...

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é analisar a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 779, que declarou a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra, a fim de entender suas implicações no fortalecimento dos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana, proteção à vida e igualdade de gênero. Pretende-se explorar como essa decisão histórica afeta a proteção dos...

Material e Métodos

Este estudo adota uma metodologia de revisão bibliográfica narrativa e qualitativa, focando-se em fontes secundárias disponíveis em bases de dados confiáveis e reconhecidas no âmbito acadêmico. Para a coleta de dados, utilizou-se o Google Scholar, Scielo, e JSTOR, plataformas amplamente conhecidas por sua vasta biblioteca de publicações científicas e acadêmicas. A pesquisa foi delimitada a artigos, decisões judiciais, dissertações e teses publicados entre os anos de 2021 e 2024, garantindo assim a relevância e a atualidade dos dados analisados. A seleção de materiais foi guiada por palavras-chave específicas como "ADPF 779", "legítima defesa da honra", "inconstitucionalidade", "direitos das mulheres", e "igualdade de gênero". Esses termos foram utilizados para filtrar e refinar os resultados de busca, permitindo uma análise focada nas implicações jurídicas e



sociais da decisão do STF. O processo de revisão envolveu a avaliação crítica das fontes, considerando a profundidade da...

Resultados e Discussão

A decisão do Supremo Tribunal Federal ao invalidar a tese de legítima defesa da honra como justificativa para o feminicídio reflete um entendimento avançado de que tais práticas são intoleráveis sob o prisma dos direitos humanos fundamentais. Conforme analisado por Machado et al. (2022), essa mudança jurisprudencial reforça o compromisso com a dignidade da pessoa humana, evidenciando o alinhamento do direito brasileiro com padrões internacionais de proteção aos direitos das mulheres. Este posicionamento jurídico não somente rejeita práticas discriminatórias, mas também fortalece o arcabouço legal que assegura a igualdade de gênero. Avançando nessa análise, Torres (2021) destaca que a decisão da ADPF 779 promove um marco na perspectiva de gênero dentro do STF, configurando-se como um exemplo de como a jurisprudência pode atuar proativamente na eliminação de normas e práticas que perpetuam a desigualdade e a violência contra as mulheres. A eliminação da legítima defesa da honra como...

Conclusão

Em que pese haver respeitáveis posicionamentos contrários, o julgamento da ADPF 779 pelo Supremo Tribunal Federal, que declarou a constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra, revela um avanço crucial na proteção dos direitos constitucionais e na promoção da igualdade de gênero no Brasil. Este trabalho demonstrou como a decisão do STF reafirma os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e respeito pela igualdade, alinhando-se assim com uma visão de justiça que transcende as normativas legais obsoletas e discriminatórias. As contribuições deste estudo são...

Referências

ALMEIDA, Karla Monteiro de et al. Legítima defesa da honra: do surgimento da tese no direito brasileiro ao julgamento da ADPF 779. UFCG – PB.2022.

BARRETO, Poliana et al. Violência e gênero: legítima defesa da honra ADPF 779. Dom Helder Revista de Direito, v. 4, n. 9, 2021.

BITENCOURT, Cézar Roberto. Em verdadeiro retrocesso o STF restringe previamente o exercício de defesa plena no tribunal do júri - ADPF 779. Disponível em :<https://www.migalhas.com.br/depeso/345357/stf-restringe-o-exercicio-de-defesa-plena-no-tribunal-do-juri>

CARAM, Leonardo Martins. Análise crítica da proibição da “legítima defesa da honra” pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 779. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)-Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

COSTA, Bruna. Estudo da ADPF 779 sob a lente do constitucionalismo feminista. Caderno Virtual, v. 1, n. 54, 2022.

...

 Anhanguera